

Pressão das ruas será decisiva na Constituinte

Arquivo — 03/05/86

Villas-Bôas Corrêa

Na hora de votar e, portanto, de decidir, o parlamentar constituinte aprova ou rejeita, na simplicidade da afirmação do *sim* ou da recusa do *não*. O plenário divide-se ao meio por uma clara linha demarcatória separando dois blocos do lado de lá e do lado de cá. Mas, a grande interrogação do Congresso-Constituinte a instalar-se a 1º de fevereiro está na polarização que assinalará a grande divisão.

Num quadro partidário estável, montado em sólida estrutura, fica fácil antecipar posições. Basta arrumar cada sigla, na exata projeção dos seus percentuais, de acordo com os seus nítidos compromissos, com as suas posições ostensivamente assumidas. A primeira e fundamental acomodação aparta o plenário na clássica divisão entre governo e oposição.

Distorção

Agora, é por aí que começa a dificuldade. Antes de mais nada porque não há oposição assumida ao governo. Exceção das minúsculas bancadas do PDT, do PT e das sobras fanadas do PDS (ainda sujeitas a novas e inevitáveis deserções), a imensa, esmagadora, acachapante maioria, distribuída nas múltiplas siglas de um espectro partidário ensandecido, exhibe o crachá com a marca do governo e todos os tranquilizadores sinais de identificação com compromissos conservadores.

Ora, com todo o respeito devido às minorias, é evidente que o PDT, o PT e os sobejos do PDS não são suficientes para a mistura de uma consistente massa oposicionista. E nem, com toda a mais evidente certeza, a tão pouco se reduzirá o Congresso-Constituinte: ao espetáculo de uma maioria agigantada e que, bem somadas as legendas, deve beirar pelos 90%, contra o desespero alucinado de uma minoria sem peso nas decisões e que apenas se esganica para ser ouvida pela platéia.

Até o pipocar do Cruzado II, a 21 de dezembro — da bomba que explodiu no acampamento do Governo por defeitos no dispositivo de lançamento — ainda era possível cultivar o equívoco ou a ilusão de que o Congresso se instalaria no clima de euforia eleitoral, escorado na maioria absoluta do PMDB e mais a variante do PFL e com a esquerda espremida no seu canto, trocando cotoveladas e pesadas injúrias entre os seus microscópicos grupelhos.

Afinal, o Governo celebrava uma vitória inédita. O Presidente José Sarney podia jactar-se, sem contestação séria, exibindo os mapas dos resultados eleitorais, que vencera de ponta e ponta, sem um único revés. Por certo que não ganhou em todos os estados com o candidato da sua preferência. Em São Paulo, por exemplo, preferia Antonio Ermírio de Morais a Orestes Quéricia. Mas, com tal habilidade e destreza executou a pirueta que acabou dividindo com o PMDB os votos da vitória. E, aqui para nós, derrota mesmo seria a eleição de Paulo Maluf.

A vitória unânime do Governo espelhava-se na vitória fantástica do PMDB, em desempenho



No caminho de Sarney e Ulysses, um plenário desarrumado

eleitoral prodigioso, perfeitamente identificado pelo eleitorado como a sigla representativa das mudanças, o partido da virada, da resistência democrática, da luta pelo fim do ciclo revolucionário-militar de quase 21 anos. Só em Sergipe o

PMDB não elegeu o governador. E ainda assim dividido e purgando o preço de um grave erro de visão política.

Ora, o Cruzado II, menos pelo que ele representa e mais pela forma com que foi

atirado de surpresa, em cima de um eleitorado que festejava a vitória de seis dias antes, ainda em apuração mas com a antecipação do final, quebrou o encanto do consenso que se forjara desde a campanha de 82 para a eleição direta dos governadores. O consenso que foi a marca da mudança. Sustentou-se nos altos da emoção popular, na fantástica campanha das diretas, suportando o tranco da decepção com a rejeição da emenda Dante de Oliveira para absorver e engajar-se na proposta de virada da mesa através do Colégio Eleitoral invadido pelos fundos, com a desagregação do PDS e agüentou a terrível frustração da doença e da morte do Presidente Tancredo Neves. Restabeleceu-se em torno do Presidente José Sarney, aderindo afinal, de corpo, alma e com a bolsa na aceitação instantânea do Cruzado, embrulhado para presente com o papel sedutor do congelamento de preços. As advertências do ágio e da escassez de gêneros não desmancharam o consenso. Ao contrário, a resposta da confiança foi gritada nas urnas de 15 de novembro.

De 82 para cá o espaço da oposição foi sendo implacavelmente reduzido. O PDS viu o terreno sumir debaixo dos seus pés e, como a legenda não cultivava mesmo as obrigações da fidelidade, pulou o muro, caindo no colo de Tancredo, paramentado de PFL.

Muitos, por diversas vezes, se enganaram acreditando que soara a hora de oportunismo para a ocupação audaciosa do latifúndio oposicionista. Verdade seja dita, que Lula sempre tentou espetar a bandeira do PT no coração oposicionista do eleitorado. Seu partido tem outra proposta mais radical, mais sectária. Brizola atirou-se duas vezes à ofensiva por cálculo político. Errou por muito da primeira vez, batendo de frente contra a vaga de apoio ao Cruzado; por pouco da segunda vez, na campanha deste ano, quando renovou o ataque sem esperar pelo Cruzado II.

A vez do povo

Os resultados eleitorais de 82, de 85 e os de agora parecem comprovar duas evidências que não se contradizem mas se completam. O eleitorado não se decide pelas propostas marcadas pelo radicalismo ideológico. Por isso, agora, votou em massa no PMDB, na legenda afinada com a sua inclinação do momento. Mas o eleitorado já avisou que perdeu o medo de votar em candidatos e partidos de esquerda, quando uns e outros se apresentam identificados com a sua disposição de voto. Assim, foi eleito governador do Rio de Janeiro, em 82, Leonel Brizola, o candidato da legítima afirmação oposicionista. Assim, em 85, Fortaleza cobriu com os votos da surpresa a musa do PT, Maria Luiza Fontenele, que já arruma a bagagem para a baldeação.

Se o eleitorado não confirma qualquer compromisso com a esquerda, o traço sinuoso aparente deve ser interpretado pelo seu risco forte e permanente: o povo entrou no processo político, dele está participando, com uma crescente consciência da sua força, da legitimidade da sua presença e da oportunidade de apresentar e exigir o resgate de compromissos e o atendimento de suas reivindicações.

A mobilização popular permanente e não eventual esporádica é um dado novo introduzido no processo político na cruzada que fechou o ciclo revolucionário. E que aí está, visível, em todos os episódios subsequentes. Na vivacidade da adesão ao cruzado, colocando no peito as etiquetas de fiscais do Sarney, nas bulhas da decepção contra o Cruzado II, quando se sentiu enganada, traída e reagiu estabarrada mas coerentemente.

A pressão, daqui por diante, tende a orientar-se na direção do Congresso-Constituinte. Empunhando os mesmos estandartes mas fortalecida pela convicção de que esta é a hora da batalha decisiva, da refrega final, da definição das regras que vão disciplinar o presente e reger o futuro.

A pressão está crescendo no caldeirão fervente da mobilização popular, da marcha da sociedade e que sempre caminha puxada pelas suas pontas organizadas e mais participantes. Não mais a sociedade consensual, acampada à volta do governo. Mas dividida e sem dono, refugando até aqui as tentativas para apadrinhá-la.

Quando a pressão bater às portas do Congresso-Constituinte, vai encontrar um plenário desarrumado e sensível às pretensões das galerias. O aperto de fora para dentro influirá, decisivamente, na definição do plenário, na fixação da linha demarcatória. Não só o povo. Mas, toda uma gama de urgentes definições que para ele convergem em atropelo. Com a obrigatoriedade de definições sobre tudo, desde o mandato do Presidente Sarney, à escolha do regime, se presidencialista ou parlamentarista, à distribuição de renda, reforma tributária, às velhas e inadiáveis reivindicações do Nordeste. E sempre com o povo vigiando, fiscalizando, participando, reivindicando, exigindo.

De um lado e de outro da divisão inevitável, obrigatória, alguns tomam posição sem hesitar, compelidos pela firmeza de convicções peremptórias. O PFL é governista; o PDS é conservador. A grande massa de manobra que vai decidir o rumo, a tendência da futura Constituição, estará pelo meio, indecisa e flutuante, formada pelas contradições de um PMDB que ficou maior do que ele pode.

Logo salta à vista um PMDB de raízes moderadas, e que gira em volta do Governo, dos governadores. E que penderá para uma banda. Da outra, formará o PMDB da vertente autêntica, mais ligado à rua, com a vocação da popularidade. O PMDB que se entenderá com a pressão da sociedade vocalizando-a da tribuna, votando com ela nas grandes questões que envolvam suas reivindicações típicas reclamadas pelos segmentos organizados e atuantes.

O Congresso-Constituinte é uma rinha de divergência e um espaço de negociação, de conciliação. E é o que a Constituição precisa exprimir: um pacto da sociedade. Para que possa ser aceita por todos e assinale o início de uma nova etapa e não seja rejeitada por uma parte do país, abrindo, no rastro da frustração, o rateio da agitação pela sua reforma.